



Volume 8, n.1, Jan./Jul. 2019

ISSN: 2317-0352

Segunda Carta sobre a Argélia¹ Second Letter about Algeria

Prefácio do tradutor

Este é um dos textos sobre a Argélia escritos por Alexis de Tocqueville. São textos de domínio público, embora pouco conhecidos ou traduzidos. Foram “redescobertos” na década de 1980. Em 1837, Tocqueville começara a empreender uma carreira política. Ele tinha que escolher um eleitorado para as eleições. Com a votação deixando a possibilidade de múltiplas candidaturas, Tocqueville pretendia se apresentar a Cherbourg ou a Versailles, porque o seu pai era o prefeito ali e talvez pudesse contar com os votos dos legitimistas, no décimo distrito administrativo de Paris, na época. Ele queria provar aos seus eleitores em potencial a sua capacidade de lidar com os novos problemas que surgiriam na sociedade francesa e propor soluções relevantes. A partir de 1835, ele apresentou à Real Sociedade Acadêmica de Cherbourg o seu primeiro livro de memórias sobre o pauperismo. Poucos meses depois, em 23 de junho e 22 de agosto de 1837, ele publicou duas cartas sobre a Argélia em “La Presse”, de Seine-et-Oise, porque ele queria mostrar aos eleitores desta circunscrição que ele era capaz de analisar seriamente a questão da Argélia e propor as linhas gerais de uma política colonialista. A abordagem é comparável em ambos os casos: duas memórias correspondem a duas cartas. Aqui está o texto traduzido da segunda carta escrita em 1837. Nestes textos, ver-se-á um lado não conhecido de Tocqueville no qual ele defende peremptoriamente o colonialismo à base mesmo de violência. Tocqueville, de fato, foi um partidário resolutivo da política colonial francesa na Argélia, e, em vista das necessidades políticas e econômicas de conquista, ele afirma que subscreve a política de terror e invasões, chegando mesmo a afirmar que, apesar de ser necessidades infelizes, qualquer pessoa que deseje fazer uma guerra contra os árabes será obrigada a fazer tais atos. Em 1988, Tzvetan Todorov organizou e editou os textos de Tocqueville sobre a Argélia os quais se encontram em “De la colonie en Algérie” (Bruxelles: Complexe, 1988). O texto que segue é uma tradução do francês a partir da edição disponibilizada pela Université du Québec à Chicoutimi em <http://classiques.uqac.ca/>.

Alexis de Tocqueville

Tradutor: Plácido Adriano de Moraes Nunes

Médico, jurista, tradutor, mestre em Sociologia (UFAL). E-mail: placido.adriano@hotmail.com

¹ Texto de 1837.

Alexis de Tocqueville (1837): “Segunda Carta sobre a Argélia

Suponho, Senhor, por um momento, que o Imperador da China, desembarcando na França à frente de um exército poderoso, esteja se tornando dono das nossas maiores cidades e da nossa capital. E depois de ter aniquilado todos os registros públicos, mesmo antes de ter se dado ao trabalho de lê-los, destruído ou dispersado todas as administrações sem ser inquirido sobre as suas diversas atribuições, ele se aproveita de todos os funcionários desde o chefe do governo até as guardas rústicas, pares, deputados e em geral de toda a classe dirigente; e que ele os deporta, de uma só vez, para alguma região distante. Não penses que este grande príncipe, apesar de seu poderoso exército, as suas fortalezas e os seus tesouros, logo se sentirá bastante constrangido de administrar o país conquistado; que os seus novos súditos, privados de todos aqueles que lideravam ou poderiam conduzir os negócios, serão incapazes de governar a si mesmos, enquanto ele, que, vindo dos antípodas, não conhece nem religião, nem linguagem, nem leis, nem os hábitos e nem os costumes administrativos do país, e que tomou o cuidado de afastar todos os que poderiam tê-lo instruído, não poderá dirigi-los. Portanto, Senhor, não terás dificuldade para prever que se as partes da França que estão materialmente ocupadas pelo conquistador lhe obedecerem, o resto do país estará, em breve, entregue a uma imensa anarquia.

Verás, Senhor, que fizemos na Argélia exatamente o que eu supus que o Imperador da China faria na França.

Embora a costa da África esteja separada da Provença apenas por cerca de 160 léguas de mar, que ela expõe anualmente na Europa a relação de várias milhares de viagens em todas as partes do mundo, onde se estuda ali assiduamente as línguas da antiguidade que não são mais faladas, e muitas das línguas vivas que nunca temos a oportunidade de falar, não podemos, no entanto, imaginar a profunda ignorância em que estávamos, não há mais do que sete anos na França, sobretudo o que poderia interessar à Argélia: não havia uma ideia clara das diferentes raças que a habitam nem dos seus costumes, não conhecíamos uma palavra das línguas que essas pessoas falam; o próprio país, os seus recursos, os seus rios, as suas cidades, o seu clima foram ignorados; parecia que toda a espessura do globo estava entre ele e nós. Mesmo assim, pouco se sabia sobre a guerra que era, no entanto, o grande negócio do momento, que os nossos generais imaginavam ser atacados por uma cavalaria semelhante à dos mamelucos do Egito, enquanto os nossos principais

adversários, os turcos de Argel, nunca combateram a pé. Foi sob esta ignorância de todas as coisas que zarpamos, o que não nos impediu da conquista, pois em um campo de batalha, a vitória é do mais bravo e forte e não do mais instruído.

Mas depois do combate, não tardamos em ver que não era suficiente poder governar uma nação para conquistá-la.

Lembra-te, Senhor, do que te disse antes, que todo o governo civil e militar da Regência estava nas mãos dos turcos. Mal fomos mestres de Argel e já nos apressamos a reunir todos os turcos sem esquecer um único, desde o Dey até o último soldado de sua milícia, e transportamos essa multidão para a costa da Ásia. A fim de melhor remover os vestígios da dominação inimiga, tínhamos tido o cuidado de lacerar ou queimar todos os documentos escritos, registros administrativos, peças autênticas e outros, que poderiam ter perpetuado o rastro do que havia sido feito antes de nós. A conquista foi uma nova era e, por medo de misturar irracionalmente o passado com o presente, destruímos mesmo um grande número de ruas de Argel, a fim de reconstruí-las de acordo com o nosso método, e demos nomes franceses a tudo que concordamos em permitir subsistir. Penso que, na verdade, Senhor, os chineses de quem falei acima não poderiam ter feito melhor.

Qual foi o resultado de tudo isso? Pode facilmente adivinhá-lo.

O governo turco possuía um grande número de casas em Argel e, na planície, uma infinidade de domínios; mas os seus títulos de propriedade haviam desaparecido no naufrágio universal da antiga ordem das coisas. Aconteceu que a administração francesa, não sabendo nem o que pertencia a ela nem o que havia permanecido na posse legítima dos vencidos, carecia de tudo ou creu-se reduzida a apreender, ao acaso, o que era necessário, desafiando a lei e os direitos.

O governo turco tocava pacificamente os produtos de certos impostos que, por ignorância, não poderíamos levantar em seu lugar, e tínhamos que sacar o dinheiro que precisávamos da França ou extorquir de nossos infelizes súditos em muito mais modos turcos do que nenhum daqueles que os turcos já serviram.

Se a nossa ignorância fez com que o governo francês se tornasse irregular e opressivo em Argel, isso tornava todo o governo impossível fora.

Os franceses haviam dispensado os chefes locais asiáticos (caïds)². Eles absolutamente ignoravam o nome, a composição e o uso daquela milícia árabe, que era auxiliar da polícia, e

²Caïd vem do árabe (دَائِق) qā'id, "líder"). Um governador ou líder local, especialmente no norte da África ou na Espanha moura; um alcaide.

cobravam o imposto sob os turcos, e que, como te disse, era chamada de cavalaria de Marzem. Eles não tinham ideia da divisão das tribos e da divisão das fileiras nas tribos. Eles ignoravam o que era a aristocracia militar dos Spahis³, e quanto aos marabus, eles demoraram muito para saber, quando se falou sobre isso, se era um túmulo⁴.

Os franceses não conheciam nenhuma dessas coisas e, para dizer a verdade, não se importavam em aprendê-las.

No lugar de uma administração que eles destruíram mesmo em suas raízes, eles imaginaram substituir, nos distritos que ocupamos militarmente, a administração francesa.

Tente, Senhor, imploro-te, imaginar essas crianças ágeis e indomáveis do deserto entrelaçadas no meio das mil formalidades de nossa burocracia e forçadas a se submeter à morosidade, à regularidade, aos escritos e às minúcias de nossa centralização. Apenas conservamos do antigo governo do país o uso de yataghan⁵ e de varas como meio de polícia. Todo o resto tornou-se francês.

Isso se aplicou às cidades e tribos que os tocam. Quanto ao resto dos habitantes da Regência, eles nem sequer se comprometeram a administrá-los. Depois de destruir o seu governo, nenhum outro lhes fora dado.

Eu deixaria o quadro que tracei se me compromettesse a contar a história disso que se passou depois de sete anos na África. Eu quero somente pôr o leitor em posição de compreendê-lo.

Depois de trezentos anos que os árabes que habitavam a Argélia estavam sujeitos aos turcos, perderam inteiramente o hábito de se governarem. Os principais dentre deles tinham sido demitidos dos negócios gerais pela inveja dos dominadores; o marabu desceu de seu corcel para montar em um asno. O governo turco era um governo detestável, mas enfim manteve uma certa ordem, e embora tenha autorizado tacitamente as guerras tribais entre eles, reprimiu o roubo e garantiu as estradas. Era, aliás, o único elo que existia entre os diversos povos, o centro de onde tantos raios divergentes emergiram.

O governo turco destruiu, sem nada que o substituísse, o país que não podia ainda dirigir-se por si, caiu numa anarquia assustadora. Todas as tribos, umas sobre as outras, precipitaram-se

³Spahi vem do turco sipahi, do persa (سپاهی) sipāhī, “cavaleiro, soldado”), de (سپاه) sipāh, “exército”)

⁴ Os marabus dão hospitalidade ao túmulo de seu ancestral principal, e este lugar leva o nome daquele que aí está enterrado. De lá, veio o erro.

⁵ Empréstado do turco yatağan, da antiga raiz turca yat- (yat-, “dobrar, inclinar; deitar”), de onde também palavras como yatmak (“mentir”), yatak (“cama”), yatay (“horizontal”). Um tipo de espada usada nos países muçulmanos de meados do século XVI ao final do século XIX.; uma faca longa ou sabre curto que não tem um protetor para a mão na junção de lâmina e cabo e que geralmente tem uma curva dupla até a borda e uma volta quase reta.

em imensa confusão, o banditismo se organizou em todos os lugares. A própria sombra da justiça desapareceu e todos recorreram à força.

Isto se aplica aos árabes.

Quanto aos cabilas, como eram quase independentes dos turcos, a queda dos turcos produziu pouco efeito sobre eles. Permaneceram diante dos novos senhores com um hábito quase análogo ao que haviam tomado em relação aos antigos. Só que eles se tornaram ainda mais inacessíveis, o ódio natural que tinham aos estrangeiros chegou a combinar-se com o horror religioso que sentiam por cristãos cuja língua, leis e costumes eram-lhes desconhecidos.

Os homens às vezes se submetem à vergonha, à tirania, à conquista, mas nunca sofrem a anarquia longa. Não há pessoas tão bárbaras que escapem dessa lei geral da humanidade.

Quando os árabes, que muitas vezes procurávamos conquistar e submeter, mas nunca governar, haviam se entregado por algum tempo à intoxicação selvagem que a independência individual fez nascer, começaram instintivamente a procurar refazer o que os franceses destruíram. Viu-se aparecer sucessivamente no meio deles homens empreendedores e ambiciosos. Grandes talentos se revelaram em alguns de seus líderes, e a multidão começou a se apegar a certos nomes como a símbolos de ordem.

Os turcos tinham removido a aristocracia religiosa dos árabes do uso de armas e da direção dos assuntos públicos. Os turcos destruídos, nós a vimos retornar quase imediatamente como uma guerreira e governanta. O efeito mais rápido e mais certo de nossa conquista foi restaurar aos marabus a existência política que haviam perdido. Eles pegaram de volta a cimitarra⁶ de Maomé para combater os infiéis e não tardaram a usá-la para governar os seus concidadãos: este é um grande fato e que deve prender a atenção de todos aqueles que se ocupam da Argélia.

Nós temos permitido que a aristocracia nacional dos árabes renasça, resta-nos que ela nos sirva. A oeste da província de Argel, perto das fronteiras do império do Marrocos, fixarase, após longo tempo, uma família de marabus muito célebre. Ela descendia do próprio Maomé, e seu nome era venerado em toda a Regência. No momento em que os franceses tomaram posse do país, o chefe dessa família era um homem velho chamado Mahiddin. À ilustração do nascimento, Mahiddin acrescentou a vantagem de ter estado em Meca e de ser por muito tempo e energicamente oposto às exações dos turcos. Sua santidade era em grande honra e a sua habilidade conhecida. Quando as tribos vizinhas começaram a sentir o insuportável mal-estar que a ausência de poder causava aos homens, eles foram até a Mahiddin e se ofereceram para tomar a direção de seus

⁶Espada de lâmina curva que se alarga na extremidade, usada por povos orientais.

afazeres. O velho reuniu todos em uma grande planície; lá, ele disse que, na sua idade, ele teve que se ocupar do céu e não da terra, que lhes recusava a oferta, mas pediu-lhes que adiassem o seu voto a um de seus filhos mais jovens, a eles apresentado. Ele enumerou longamente os títulos deste para governar os seus compatriotas: a sua devoção precoce, a sua peregrinação aos Lugares Sagrados, os seus descendentes do Profeta. Ele fez conhecer os vários indícios marcantes que o céu havia usado para designá-lo entre seus irmãos e provou que todas as antigas profecias que anunciavam um libertador para os árabes se aplicavam manifestamente a ele. As tribos proclamaram por comum acordo o filho de Mahiddin emir-el-mouminin⁷, isto é, chefe dos crentes.

Este jovem, então com apenas vinte e cinco anos e de aparência franzina, chamava-se Abd-el-Kader.

Tal é a origem desse líder singular: a anarquia fez nascer o seu poder, a anarquia desenvolveu-o incessantemente e, com a graça de Deus e a nossa, depois de ter entregue-lhe a província de Oran e a de Tittery, ela vai colocar Constantina em suas mãos e torná-lo muito mais poderoso do que nunca o governo turco que ele substituiu.

Enquanto essas coisas aconteciam a oeste da regência, o leste oferecia outro espetáculo. À época em que os franceses tomaram Argel, a província de Constantina era governada por um bey⁸ chamado Achmet. E esse bey, ao contrário de todos os costumes, era coulougli, isto é, filho de um turco e de uma árabe. Foi uma coincidência singularmente feliz que lhe permitiu, após a captura de Argel, sustentar-se primeiro em Constantina com o apoio dos compatriotas de seu pai e, mais tarde, funda o seu poder sobre as tribos vizinhas com a ajuda de seus parentes, pais e amigos de sua mãe.

Enquanto todo o resto da Regência abandonada pelos turcos e não ocupada pelos franceses caiu na maior desordem, uma certa forma de governo foi assim mantida na província de Constantina e Achmet, por sua coragem, a sua crueldade, a sua energia, e fundou o sólido império que, hoje, procuramos restringir ou destruir.

Então, enquanto falamos, três poderes estão presentes no solo da Argélia:

Em Argel e em vários pontos da costa, estão os franceses; a oeste e ao sul, uma população árabe que após de trezentos anos acorda e marcha sob um chefe nacional; a leste, um remanescente

⁷Em árabe: *المؤمنين أمير* é um título muçulmano que se pode traduzir como Emir dos Crentes, Príncipe dos Fiéis ou Comandante dos Fiéis. Era o nome do portador de tal título que os imãs, nas mesquitas, invocavam na oração de sexta-feira, o dia sagrado do Islão.

⁸"Bey" vem do turco otomano: *بك* "Beik" e do árabe: *بييه* "Beyeh"; é um título turco para o chefe, tradicionalmente aplicado aos líderes ou governantes de várias regiões do Império Otomano.

do governo turco, representado por Achmet, um riacho que ainda flui após a fonte ter secado e que em breve se secará ou se perderá no grande rio da nacionalidade árabe. Entre esses três poderes, e como envolvidos por todos os lados por eles, há uma multidão de pequenas tribos de cabilas, que igualmente escapam de todas as influências e jogam com todos os governos.

Seria supérfluo esperar por muito tempo o que os franceses deveriam ter feito à época da conquista.

Podemos apenas dizer, em poucas palavras, que devemos primeiro nos pôr simplesmente, e até onde nossa civilização o permite, no lugar dos vencidos; que, longe de querer começar a substituir nossos costumes administrativos pelos deles, foi necessário, por algum tempo, dobrarmos-nos, preservarmos as delimitações políticas, tirarmos de nossos soldos os agentes do governo decaído, admitirmos as suas tradições e conservarmos os seus usos. Em vez de transportar os turcos para a costa da Ásia, é evidente que devíamos conservar cuidadosamente o maior número deles, privados de seus líderes, incapazes de governar sozinhos e temendo o ressentimento de seus antigos súditos, eles logo se tornariam nossos intermediários mais úteis e os nossos amigos mais zelosos, assim como os coulougis⁹ que sem mantinham, no entanto, muito mais próximos aos árabes do que aos turcos e que, portanto, quase sempre preferiram se jogar aos nossos braços do que aos deles. Quando uma vez conhecemos a língua, os preconceitos e os costumes dos árabes, depois de termos herdado o respeito que os homens sempre tiveram por um governo estabelecido, seria possível que voltássemos pouco a pouco a nossos costumes e a afrancesar o país em nosso redor.

Mas hoje que os erros estão irrevogavelmente cometidos, o que resta a ser feito? E quais expectativas razoáveis devem ser concebidas?

Distinguirmos cuidadosamente as duas grandes raças de que falamos acima, os cabilas e os árabes.

Quanto aos cabilas, é visível que não poderia ser questão de conquistar o seu país ou colonizá-lo: as suas montanhas são, no momento, impenetráveis para os nossos exércitos, e o humor inóspito dos habitantes não deixa qualquer segurança para o europeu isolado que gostaria de ir pacificamente ali criar um asilo.

O país dos cabilas está fechado para nós, mas a alma dos cabilas está-nos aberta e não nos é impossível penetrar nela.

Eu disse previamente que o cabila era mais positivo, menos crente, infinitamente menos entusiasmado que o árabe. Entre os cabilas, o indivíduo é quase tudo, a sociedade é quase nada, e

⁹Nome dos habitantes da Argélia nascidos de pais turcos e mulheres indígenas.

eles estão tão distantes de cumprir uniformemente as leis de um único governo tomado do seu seio quanto adotando o nosso.

A grande paixão do cabila é o amor aos prazeres materiais, e é por isso que podemos e devemos compreendê-lo.

Embora os cabilas deixem-nos ser muito menos íntimos do que os árabes, eles estão muito menos inclinados a fazer guerra contra nós. E mesmo quando alguns deles pegam em armas contra nós, os outros não deixam de freqüentar os nossos mercados e vêm alugar-nos os seus serviços. A causa disso é que eles já descobriram o lucro material que podem tirar da nossa vizinhança. Eles acham bastante vantajoso vir vender-nos os seus produtos e comprar os nossos, que podem ser adequados para a espécie de civilização que possuem. E, embora ainda não estejam em condições de adquirir o nosso bem-estar, já é fácil ver que eles o admiram e que achariam muito doce apreciá-lo.

É evidente que é pelas nossas artes e não pelas nossas armas que é a questão de domar esses homens.

Se ele continua a estabelecer entre os cabilas e nós relações freqüentes e pacíficas; que os primeiros não tenham que temer a nossa ambição e encontrar entre nós uma legislação simples, clara e segura que os proteja, é certo que em breve eles temerão mais a guerra que nós mesmos e aquela atração quase invencível que atrai os selvagens para o homem civilizado a partir do momento em que não temem por sua liberdade far-se-á sentir. Veremos então os costumes e as ideias dos cabilas mudarem sem que percebam, e as barreiras que nos fecham o seu país cairão por si.

O papel que temos de desempenhar frente aos árabes é mais complicado e mais difícil:

Os árabes não estão solidamente fixos ao solo, e as suas almas são muito mais móveis do que as suas moradas. Apesar de serem apaixonadamente ligados à sua liberdade, eles assumem um governo forte e gostam de formar uma grande nação. E, embora mostrem-se muito sensuais, os prazeres imateriais têm um grande valor a seus olhos, e a cada instante a imaginação os transporta a algum bem ideal que ela descobre para eles.

Com os cabilas é necessário ocupar-se máxime das questões de equidade civil e comercial, com os árabes das questões políticas e religiosas.

Há um certo número de tribos árabes que podem e devem ser governadas agora por nós diretamente e um grande número de pessoas sobre as quais devemos, no momento, querer obter apenas uma influência indireta.

Ao fim de trezentos anos, o poder dos turcos só havia sido estabelecido de forma muito incompleta sobre as tribos distantes das cidades. Os turcos, no entanto, eram maometanos como os árabes, tinham hábitos análogos aos deles e conseguiram manter a aristocracia religiosa fora dos negócios. É fácil ver que não tendo nenhuma dessas vantagens para nós e sendo confrontados com dificuldades muito maiores, não podemos esperar obter dessas tribos o poder que os turcos adquiriram, nem mesmo para abordá-los. Sobre este ponto, a nossa imensa superioridade militar é-nos quase inútil. Ela permite-nos conquistar, mas não reter, sob as nossas leis, populações nômades mergulhadas, conforme necessário, em desertos onde não podemos segui-las, deixando-nos no meio de um deserto onde não podemos subsistir.

Todo o objeto de nossa atenção presente deve ser viver em paz com os dos árabes, para os quais não temos a esperança atual de poder governar e organizá-los da maneira menos perigosa para nosso progresso futuro.

A anarquia dos árabes, que é tão funesta para esses povos, é-nos muito prejudicial, por não ter nem a vontade nem o poder de submetê-los repentinamente por nossas armas, podemos apenas esperar agir sobre eles a longo prazo pelo contato de nossas ideias e nossas artes; que só pode ter lugar enquanto a paz e uma certa ordem reinarem neles. Anarquia, além disso, que empurra as tribos umas sobre as outras, constantemente as precipita, sem cessar, sobre nós e retirar de nossas fronteiras toda a segurança.

Portanto, temos um grande interesse em recriar um governo entre essas pessoas e não é talvez impossível de chegar a isto de que esse governo depende em parte de nós.

Hoje que o cetro acaba de escapar das mãos que o detiveram por três séculos, ninguém tem o direito incontestável de governar ou a chance provável de fundar, por muito tempo, um poder incontestável. Todos os poderes que se estabelecerão na África serão, portanto, frágeis, e se o nosso apoio for dado com firmeza, justiça e duração, os novos soberanos estarão constantemente inclinados a recorrer a ele. Assim, dependerão de nós em parte.

Devemos visar ante tudo isso que esses árabes independentes habituem-se a ver-nos interferindo em seus assuntos internos e familiarizem-se conosco. Pois é necessário imaginar que um povo poderoso e civilizado como o nosso exerça, pelo simples fato da superioridade de suas luzes, uma influência quase invencível sobre tribos pequenas, quase bárbaras; e que, para forçá-las a incorporar-se a tal povo, precisa-se apenas estabelecer relações duradouras com elas.

Mas se nós temos interesse em criar um governo entre os árabes da Regência, temos um interesse muito mais visível em não permitir que um único governante seja estabelecido lá. Pois

então o perigo seria muito superior do que a vantagem. É muito importante para nós não deixarmos os árabes entregues à anarquia, mas é ainda mais importante não nos expormos a vê-los todos ao mesmo tempo contra nós.

É sob ponto de vista que o último tratado com Abd-el-Kader¹⁰ e a planejada expedição a Constantina são de natureza a excitar alguns temores.

Nada é mais desejável do que estabelecer e regular o poder do novo emir¹¹ na província de Oran, onde o seu poder já estava fundado. Mas o tratado também concede-lhe o governo do beylik¹² de Tittery¹³, e eu não posso deixar de crer que a expedição que se prepara findará por resultar em ele entregar a maior parte da província de Constantino.

Pode-se assegurar que, ao grau de poder que Abd-el-Kader alcançou, todas as populações árabes que se encontrarem sem um líder chegarão a ele por conta própria. Por isso, é imprudente destruir ou mesmo minar os poderes árabes independentes de Abd-el-Kader; seria melhor pensar em despertar alguns que ainda não existem. Mas se a nossa expedição a Constantino tiver sucesso, como há todas as razões para crer, dificilmente poderá resultar na destruição de Achmet sem pôr nada em seu lugar. Nós derrubaremos o coulougli e não poderemos sucedê-lo ou dar-lhe um sucessor árabe. Nossa vitória, portanto, entregará as tribos que estão submissas a Achmet a uma independência da qual elas não tardarão a fazer o sacrifício nas mãos do emir que delas está próximo. Nós faremos anarquia e a anarquia fará o poder de Abd-el-Kader.

Pelo menos é o que podemos vislumbrar à distância e na ignorância onde nós somos os detalhes.

O que se pode afirmar agora com certeza é que não podemos suportar que todas as tribos árabes da Regência nunca reconheçam o mesmo chefe. Já é muito pouco de dois. Nossa segurança atual e o cuidado com o nosso porvir exigiriam que houvesse pelo menos três ou quatro.

Independentemente das tribos sobre o que é de nosso interesse não buscar, no momento, exercer qualquer influência indireta, há uma parte bastante considerável do país que a nossa

¹⁰ Abd El-Kader, Abd al-Kader ou Abdul-Qadir nasceu em Mascara, em 6 de setembro de 1808 e faleceu, em Damasco, no dia 26 de maio de 1883; foi um emir dos árabes argelinos, chegando a dirigir a luta contra os franceses na Argélia, onde é reverenciado como herói nacional.

¹¹ Chefe militar, governador de um território nos antigos impérios muçulmanos; príncipe das famílias muçulmanas reais; chefe de Estado nos principados hereditários da Península Arábica.

¹² poder de um bey, de um governante otomano.

¹³ Antiga divisão administrativa na Argélia; tribo do círculo de Boghar, reunida com as de Souari e Dehimat para formar uma única tribo a partir de 1 de janeiro de 1868. Esta é anexada ao município conjunto de Ain Boucif quando este foi criado por decreto de 16 de dezembro de 1905. O seu território é delimitado por decreto de 1º de agosto de 1910 e constituído em um único douar (uma aldeia árabe consistindo tipicamente de um grupo de tendas ou cabanas que circundam um espaço aberto) chamado Tittery.

segurança bem como nossa honra nos compelem a manter sob o nosso poder imediato e governar sem intermediário.

Lá se encontram uma população francesa e uma população árabe a viver pacificamente nos mesmos lugares. Estou longe de crer que seja intransponível.

Eu não pretendo entrar, aqui, Senhor, contigo nos detalhes dos meios que poderiam ser usados para alcançar este objetivo. É suficiente indicar, em poucas palavras, o que me parece ser a principal condição do sucesso.

É evidente para mim que nunca teremos sucesso se nos comprometermos a submeter os nossos novos sujeitos da Argélia às formas da administração francesa.

Não se faz impunemente o novo, de fato, de costumes políticos. Somos mais esclarecidos e mais fortes do que os árabes, cabendo a nós nos empenharmos primeiro, até certo ponto, em seus hábitos e preconceitos. Na Argélia, como em outros lugares, o grande negócio de um novo governo não é criar o que não existe, mas usar o que está. Os árabes viveram em tribos há dois mil anos no Iêmen; eles atravessaram toda a África e invadiram a Espanha em tribos, eles ainda vivem da mesma maneira atualmente. A organização por tribos, que é a mais tenaz de todas as instituições humanas, não será removida deles, em um longo tempo, sem perturbar todos os seus sentimentos e todas as suas ideias. Os árabes nomeiam eles mesmos os seus chefes, é-lhes necessário conservar esse privilégio. Eles têm uma aristocracia militar e religiosa, não devemos procurar destruí-la, mas aproveitá-la e tê-la em parte como pagamento para nós, como os turcos fizeram. Não só é útil tirar proveito dos costumes políticos dos árabes, mas é necessário modificar pouco a pouco as regras do seu direito civil. Pois saberás, Senhor, que a maioria dessas regras é traçada no Alcorão, de modo que entre os muçulmanos a lei civil e a lei religiosa se confundem sem cessar.

É Necessário ter cuidado, sobretudo, em entregar-nos, na Argélia, a esse gosto pela uniformidade que nos atormenta e pensar que, para seres dissimilares, seria tão perigoso quanto absurdo aplicar a mesma legislação. Durante a queda do Império do Ocidente, viu-se reinar, ao mesmo tempo, as leis bárbaras às quais o bárbaro estava sujeito, e as leis romanas que o romano seguia.

Este exemplo é bom para imitar, então só é possível esperar atravessar sem perecer o período de transição que decorre antes que dois povos diferentes da civilização possam vir a fundir-se em um.

Quando franceses e árabes habitam o mesmo distrito, é necessário então resolver aplicar a cada um deles a legislação que cada pode compreender e que aprendeu a respeitar. Que o chefe

político seja comum a ambas as raças, mas que por muito tempo todo o resto difere, a fusão virá mais tarde de si mesma.

Seria bem necessário também que a legislação que governa os franceses na África não permaneça exatamente a mesma que está em vigor na França. Um povo nascente não pode suportar os mesmos problemas administrativos que um antigo povo, e as mesmas formalidades lentas e numerosas que, algumas vezes, garantem a segurança do segundo impedem que o primeiro de desenvolver-se e quase de nascer.

Temos necessidade, na África tanto quanto na França, e mais do que na França, de garantias essenciais para o homem que vive na sociedade; não há país onde seja mais necessário fundar a liberdade individual, o respeito pela propriedade, a garantia de todos os direitos do que em uma colônia. Mas, por outro lado, uma colônia precisa de uma administração mais simples, mais rápida e independente do poder central do que aquelas que dirigem as províncias continentais do império.

É necessário, então, manter cuidadosamente na Argélia a substância do nosso estado político, mas não se prender supersticiosamente à sua forma, mostrar mais respeito pelo espírito do que pela letra. Aqueles que visitaram a Argélia afirmam que o oposto é perceptível: izem que se observa com escrupulosa atenção os métodos menos administrativos da pátria mãe e que, muitas vezes, esquece-se dos grandes princípios que servem de base às nossas leis. Ao agir assim, pode-se esperar multiplicar os funcionários públicos, mas não os colonos.

Imagino, Senhor, que agora que me aproximo do fim desta carta longa demais, ficas tentado a perguntar-me quais são, afinal, as minhas esperanças para o futuro de nossa nova colônia.

Este futuro parece-me estar em nossas mãos, e vou dizer-te sinceramente que com o tempo, a perseverança, a habilidade e a justiça, não tenho dúvidas de que podemos levantar na costa da África um grande monumento para a glória da nossa pátria.

Eu disse-te, Senhor, inicialmente, que os árabes eram, ao mesmo tempo, pastores e cultivadores e que, embora possuíssem todas as partes do solo, cultivavam apenas uma pequena parte dele. A população árabe é, portanto, muito escassa, ocupando muito mais terra do que pode semear todos os anos. A consequência disso é que os árabes vendem a terra de facilmente e a preço baixo, e que uma população estrangeira pode, sem problemas, estabelecer-se ao lado deles sem sofram.

Compreende, portanto, Senhor, como é fácil para os franceses, mais ricos e mais diligentes do que os árabes, ocuparem, sem violência, uma grande parte do solo e introduzirem-se

pacificamente e em grande número no seio das tribos que os cercam. É fácil prever um tempo próximo em que ambas as raças serão misturada desta maneira em muitos pontos da Regência.

Mas não é suficiente para os franceses colocarem-se ao lado dos árabes, se não conseguirem estabelecer um liame com eles durável e, por fim, formar duas raças um só povo.

Tudo o que aprendi na Argélia leva-me a crer que este acontecimento não é tão quimérico como muitos supõem.

A maior parte dos árabes ainda conserva uma fé muito viva na religião de Maomé; no entanto, é fácil ver nesta parte do território muçulmano, como em todos os outros, que as crenças religiosas estão constantemente perdendo o seu vigor e tornando-se cada vez mais impotentes para lutar contra os interesses deste mundo. Embora a religião tenha desempenhado um grande papel nas guerras que foram travadas na África até agora e que ela tenha servido de pretexto para os marabus pegarem em armas, pode-se dizer que ela foi apenas a causa secundária à qual essas guerras devem ser atribuídas. Nós fomos atacados bem mais como estrangeiros e conquistadores do que como cristãos, e a ambição dos chefes mais do que a fé do povo colocou armas nas mãos contra nós. Todas as vezes que o patriotismo ou a ambição dirigem-se contra nós, a experiência mostrou que a religião não os impede de se tornarem os nossos auxiliares mais zelosos, e, sob nossa bandeira, eles fazem uma guerra tão dura aos seus correligionários que eles fazem isso como para nós mesmos.

Portanto, é permissível crer que, se provarmos cada vez mais que sob a nossa dominação ou em nossa vizinhança o islamismo não está em perigo, as paixões religiosas extinguir-se-ão e que seremos na África apenas inimigos políticos.

Seria igualmente errado pensar que os hábitos civis dos árabes tornam-os incapazes de se submeterem a uma vida comum conosco.

Na Espanha, os árabes eram sedentários e agricultores; nas proximidades das cidades da Argélia, há um grande número deles que constroem casas e dedicam-se seriamente à agricultura. Os árabes, portanto, não são naturalmente e necessariamente pastores. É verdade que, à medida que avançamos em direção ao deserto, vemos as casas desaparecerem e a tenda se erguer. Mas é que, à medida que se afasta das costas, a segurança das propriedades e das pessoas diminui e que, para um povo que teme por sua existência e sua liberdade, não há nada mais conveniente do que a vida nômade. Vejo bem que os árabes preferem vagar ao ar livre do que permanecer expostos à tirania de um mestre, mas tudo indica-me que, se pudessem ser livres, respeitados e sedentários, não tardariam a fixar-se. Não duvido que eles logo assumirão o nosso estilo de vida se lhes dermos um interesse durável para fazê-lo.

Finalmente, nada nos fatos conhecidos indica-me que há incompatibilidade de humor entre os árabes e nós. Vejo, ao contrário, que, em tempos de paz, as duas raças se entrelaçam sem estorvo e que, à medida que se conhecem melhor, elas se aproximam.

Todos os dias os franceses projetam noções mais claras e mais justas sobre os habitantes da Argélia. Eles aprendem as suas línguas, familiarizam-se com os seus costumes e que se vê mesmo que fazem ver um tipo de entusiasmo irrefletido para elas. Por outro lado, toda a jovem geração árabe de Argel fala a nossa língua e já assimilou em parte os nossos costumes.

Quando foi perguntado recentemente nos subúrbios de Argel para se defender contra o banditismo de algumas tribos inimigas, formou-se uma guarda nacional composta de árabes e franceses que entraram no mesmo corpo de guarda e compartilharam as mesmas fadigas e os mesmos perigos.

Portanto, não há razões para crer que o tempo não possa alcançar o amalgamar das duas raças. Deus não impede isso; Só as falhas dos homens poderiam ser um obstáculo.

Não nos desesperemos quanto ao porvir, Senhor; não nos deixemos deter por sacrifícios efêmeros quando um imenso objeto é descoberto, e esforços perseverantes podem alcançá-lo.

Recebido em: 06 de junho de 2019

Aceito em: 20 de junho de 2019